

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº -001.01.02.2022- SEMED

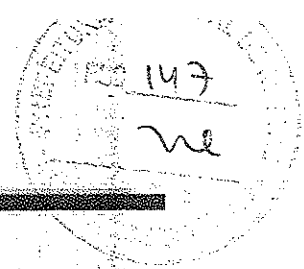
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO "SEMANA PEDAGÓGICA 2022", CONTEMPLANDO OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE RUSSAS, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E DESPORTO ESCOLAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE.

LOCAL DO PREGÃO: SALA DE SESSÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, SITUADA À TRAVESSA PEDRO ARAÚJO S-N YPIRANGA RUSSAS-CE (CVT). DATA E HORA PARA RECEBER, ABRIR E EXAMINAR PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESAS QUE PRETENDAM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL Nº -001.01.02.2022- SEMED, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2022 ÀS 15:00 HORAS (HORÁRIO LOCAL).

ATENÇÃO: EM CONFORMIDADE COM O DECRETO ESTADUAL Nº 33.608/2020 E COM A LEI FEDERAL Nº 14.019/2020, O USO DE MÁSCARAS É OBRIGATÓRIO DURANTE TODA A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. SERÁ NECESSÁRIO MANTER O DISTANCIAMENTO ENTRE OS PRESENTES E A UTILIZAÇÃO DE ÁLCOOL EM GEL (QUE FICARÁ DISPONÍVEL NOS AMBIENTES DO CVT).

RESSALTA-SE QUE O NÃO CUMPRIMENTO DE TAIS MEDIDAS, IMPOSSIBILITARÁ O LICITANTE DE PERMANECER NA SALA ONDE OCORRERÁ A SESSÃO, SENDO TAL FATO REGISTRADO EM ATA.



PREÂMBULO

ESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17/07/2002 – LEI QUE REGULAMENTA O PREGÃO, PELO DECRETO Nº 3.555, DE 08/08/2000, ALTERADOS PELOS DECRETOS Nº 3.693, DE 20/12/2000 E Nº 3.784, DE 06/04/2001, DECRETO Nº 5.450, DE 31/05/2005, DECRETO MUNICIPAL Nº 077/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 23017 E TEM COMO SUBSIDIARIA A LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993 E ALTERAÇÕES POSTERIORES – LEI DE LICITAÇÕES, LEI Nº 8.078, DE 11/09/1990 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DECRETO Nº 6.204/07, LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014, LEI FEDERAL Nº 155/2016, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, LEI FEDERAL 12.440 DE 07 DE JULHO DE 2011 QUE ALTERA O TÍTULO VII-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO E DEMAIS NORMAS PERTINENTES E, AINDA, PELAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS** TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREGOEIRA, SRA. ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA, NOMEADO PELA PORTARIA Nº 038/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021, E ASSESSORADO PELOS SERVIDORES: MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ARAÚJO (EQUIPE DE APOIO) E EMANOEL CARLOS SILVA ARAÚJO (EQUIPE DE APOIO), NOMEADA ATRAVÉS DESTA MESMA PORTARIA, JUNTADA AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE QUE TRATA ESTA LICITAÇÃO, RECEBERÁ E ABRIRÁ NO HORÁRIO, DATA E LOCAL ACIMA INDICADOS, AS **PROPOSTAS DE PREÇOS** E OS **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, REFERENTES À LICITAÇÃO OBJETO DESTES INSTRUMENTOS, PARA A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, OBSERVADAS AS NORMAS E CONDIÇÕES DO PRESENTE EDITAL.

AS PROPOSTAS DEVERÃO OBEDECER ÀS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS POR ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS, QUE DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE.

OS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÃO RECEBIDOS NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO, NA SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO, APÓS O CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS QUE SE APRESENTAREM PARA PARTICIPAR DO CERTAME.

1. DO OBJETO

1.1- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO "SEMANA PEDAGÓGICA 2022", CONTEMPLANDO OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE RUSSAS, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA.

1.2 CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – FICHA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

ANEXO VI - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

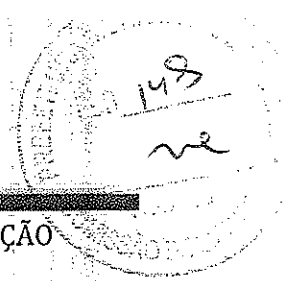
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO

ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O MUNICÍPIO DE RUSSAS

1.3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

1.3.1. O PRESENTE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO SEGUIRÁ O SEGUINTE TRÂMITE EM FASES DISTINTAS:

1.3.2. CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES, CONFORME SUBITEM DESTE EDITAL;

1.3.3. RECEBIMENTO DE ENVELOPES CONTENDO AS “PROPOSTAS DE PREÇOS” E OS “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”;

1.3.4. ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS APRESENTADAS, VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL;

1.3.5. LANCES VERBAIS ENTRE OS CLASSIFICADOS;

1.3.6. HABILITAÇÃO DO LICITANTE MELHOR CLASSIFICADO;

1.3.7. RECURSOS;

1.3.8. ADJUDICAÇÃO;

1.3.9. HOMOLOGAÇÃO;

1.3.10. CONTRATAÇÃO.

2. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1 – PODERÃO PARTICIPAR DO PRESENTE PREGÃO, TODA E QUALQUER FIRMA INDIVIDUAL OU SOCIEDADE REGULARMENTE ESTABELECIDA NO PAÍS, QUE SEJA ESPECIALIZADA E CREDENCIADA NOS REFERIDOS SERVIÇOS OBJETO DESTE CERTAME E QUE SATISFAÇA A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS, DE ACORDO COM OS ANEXOS RELACIONADOS.

2.1.2-NÃO PODERÃO SE BENEFICIAR DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO, AS MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, QUE SE ENCONTREM NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO § 4º DO ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

2.1.3 - SERÁ GARANTIDO AOS LICITANTES ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE, PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO, O PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, EM SEU CAPÍTULO V - DO ACESSO AOS MERCADOS/DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

2.1.4 -AS EMPRESAS ENQUADRADAS NO REGIME DIFERENCIADO E FAVORECIDO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE NÃO APRESENTAREM A DECLARAÇÃO CONSTANTE DO ANEXO VII, PODERÃO PARTICIPAR, NORMALMENTE, DO CERTAME, PORÉM EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES COM AS EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS NESTE REGIME.

2.1.5-A PARTICIPAÇÃO IMPLICA A ACEITAÇÃO INTEGRAL DOS TERMOS DESTE EDITAL.

2.2. DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.2.1-SOB A FORMA DE CONSÓRCIO, QUALQUER QUE SEJA SUA CONSTITUIÇÃO.

2.2.2-QUE TENHAM EM COMUM UM OU MAIS SÓCIOS COTISTAS E/OU PREPOSTOS COM PROCURAÇÃO.

2.2.3-QUE ESTEJAM SOB PROCESSO DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, DISSOLUÇÃO, FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO E LIQUIDAÇÃO.

2.2.4-IMPEDIDAS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



149
ne

- 2.2.5-SUSPENSAS TEMPORARIAMENTE DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIDAS DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.
- 2.2.6-DECLARADAS INIDÔNEAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DESTA CONDIÇÃO.
- 2.2.7-EMPRESAS CUJOS DIRIGENTES, GERENTES, SÓCIOS OU COMPONENTES DE SEU QUADRO TÉCNICO SEJAM FUNCIONÁRIOS OU EMPREGADOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA OU INDIRETA.
- 2.2.8-ESTRANGEIRAS NÃO AUTORIZADAS A COMERCIALIZAR NO PAÍS.
- 2.2.9-CUJO ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL, NÃO INCLUA NO OBJETIVO SOCIAL DA EMPRESA, ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DO CERTAME.
- 2.2.10-VEDADA, AINDA, A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NOS TERMOS DO ART. 5º, DA LEI FEDERAL Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO D.O.U DE 20/07/2012.
- 2.2.11 - NÃO PODERÁ PARTICIPAR EMPRESAS QUE ESTEJAM INCLUÍDAS NO CADASTRO DE INADIMPLÊNCIA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - CADINE, NOS TERMOS DO ART. 3º, DA LEI Nº 12.411, DE 02.01.95 E DO SEU DECRETO REGULAMENTADOR Nº 23.661, DE 20.04.95;
- 2.2.12- NÃO PODERÁ PARTICIPAR DO CERTAME PESSOA JURÍDICA QUE ESTIVER SOFRENDO PENALIDADES IMPOSTAS POR QUALQUER ÓRGÃO/ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL MOTIVADAS PELAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 88 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

3. DO CREDENCIAMENTO PARA PESSOA JURIDICA

3.1. PARA O CREDENCIAMENTO, DEVERÃO SER APRESENTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- 3.1.1. FICHA DE CREDENCIAMENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA CONFORME MODELO DO ANEXO III DESTA EDITAL, CONDICIONANDO TODA E QUALQUER COMUNICAÇÃO ENTRE A PREGOEIRA E LICITANTES ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO INFORMADO NO RESPECTIVO ANEXO, ONDE DEVERÁ SER INDICADO, EXPRESSAMENTE, O NOME DA PESSOA CREDENCIADA, COM OS RESPECTIVOS RG E CPF;
- 3.1.2. CASO O CONTRATO SOCIAL OU O ESTATUTO DETERMINEM QUE MAIS DE UMA PESSOA DEVA ASSINAR A FICHA DE CREDENCIAMENTO PARA O REPRESENTANTE DA EMPRESA, A FALTA DE QUALQUER UMA INVALIDA O DOCUMENTO PARA OS FINS DESTES PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.
- 3.1.3. TRATANDO-SE DE REPRESENTANTE LEGAL, O ESTATUTO SOCIAL, CONTRATO SOCIAL OU OUTRO INSTRUMENTO DE REGISTRO COMERCIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL OU, TRATANDO-SE DE SOCIEDADES CIVIS, O ATO CONSTITUTIVO REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE TAL INVESTIDURA;
- 3.1.3.1. DOCUMENTO DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADE COMERCIAL OU DE SOCIEDADE POR AÇÕES;
- 3.1.3.2. INSCRIÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO, ACOMPANHADO DE PROVA DE DIRETORIA EM EXERCÍCIO, NO CASO DE SOCIEDADE CIVIL;
- 3.1.3.3. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE TAL INVESTIDURA E PARA PRÁTICA DE TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, EM SE TRATANDO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS;
- 3.2. TRATANDO-SE DE PESSOA FÍSICA, CÉDULA DE IDENTIDADE OU OUTRO DOCUMENTO EQUIVALENTE, COM FOTOGRAFIA.
- 3.2.1. TRATANDO-SE DE PROCURADOR, O INSTRUMENTO DE **PROCURAÇÃO ESPECÍFICA PÚBLICA OU PARTICULAR ESPECÍFICA (COM NUMERAÇÃO DO CERTAME)**, ESTA ÚLTIMA COM FIRMA RECONHECIDA DO QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES, NEGOCIAR PREÇO, INTERPOR RECURSOS E DESISTIR DE SUA INTERPOSIÇÃO E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS PERTINENTES AO CERTAME, ACOMPANHADO DO CORRESPONDENTE DOCUMENTO QUE

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



150
ne

COMPROVE OS PODERES DO MANDANTE PARA A OUTORGA (**CONTRATO SOCIAL OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**);

3.2.2. PARA EXERCER OS DIREITOS DE OFERTAR LANCES E/OU MANIFESTAR INTENÇÃO DE RECORRER, É OBRIGATÓRIO A LICITANTE FAZER-SE REPRESENTAR PELO CREDENCIADO EM TODAS AS SESSÕES PÚBLICAS REFERENTES À LICITAÇÃO.

3.2.3. CADA LICITANTE SOMENTE PODERÁ CREDENCIAR 01 (UM) REPRESENTANTE LEGAL NA LICITAÇÃO E, CONSEQUENTEMENTE, CADA CREDENCIADO REPRESENTARÁ SOMENTE 01 (UM) LICITANTE.

3.2.4. NO CASO DE SUBSTITUIÇÃO DO REPRESENTANTE CREDENCIADO, A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR PEDIDO FORMAL NESSE SENTIDO, O QUAL, EM SENDO O CASO, DEVERÁ SE FAZER ACOMPANHAR DOS DOCUMENTOS PREVISTOS NAS CLÁUSULAS ACIMA.

3.3. NÃO PODERÁ UM REPRESENTANTE LEGAL OU UM PROCURADOR REPRESENTAR MAIS DE UMA EMPRESA.

3.4. NO CASO DE LICITANTE ESTE DEVERÁ COMPROVAR A CONDIÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL, ATRAVÉS DE CÓPIA AUTENTICADA DE SEU CONTRATO SOCIAL OU PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REFERIDO ATO.

3.5. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO, CONSTANTE DO **ANEXO IV** DO EDITAL.

3.5.1 APRESENTA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO, **ANEXO VII** DO EDITAL, SE FOR O CASO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: ESTES DOCUMENTOS (ORIGINAIS OU CÓPIAS) DEVERÃO SER ENTREGUES FORA DOS ENVELOPES, PARA QUE POSSAM SER ANALISADOS NO INÍCIO DOS TRABALHOS, ANTES DA ABERTURA DOS ENVELOPES "PROPOSTAS DE PREÇOS". NO CASO DE CÓPIAS, DEVERÃO SER AUTENTICADAS POR TABELIÃO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: QUEM PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA NO DOCUMENTO DE QUE TRATA OS ITENS ANTERIORES, SUJEITAR-SE-Á ÀS PENALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A INCORREÇÃO OU NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DEFINIDOS NOS ITENS: **3.1 (E SUBITENS); 3.2 (E SUBITENS); 3.3; 3.4 E 3.6 (SE FOR O CASO)** DESTA EDITAL, IMPLICARÁ NO **NÃO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE**, FICANDO O MESMO IMPEDIDO DE OFERTAR LANCES VERBAIS, INTERPOR RECURSOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, PODENDO, ENTRETANTO, PARTICIPAR DA LICITAÇÃO COM SUA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA.

PARÁGRAFO QUARTO: A INCORREÇÃO OU NÃO APRESENTAÇÃO DA **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.5** DESTA EDITAL IMPLICARÁ NA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.6.1. EM SE TRATANDO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME OU EPP), NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014, PARA QUE ESTAS POSSAM GOZAR DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NAS REFERIDAS LEIS É NECESSÁRIO, À ÉPOCA DO CREDENCIAMENTO, MANIFESTAÇÃO DE CUMPRIR PLENAMENTE OS REQUISITOS PARA CLASSIFICAÇÃO COMO TAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, POR MEIO DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE DEVERÁ SER FEITA NO PRÓPRIO FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO CONFORME MODELO DISPOSTO NO ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO - (ME OU EPP), NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



151
ne

3.6.2. EM SE TRATANDO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME OU EPP) QUE POSSUA RESTRIÇÃO FISCAL, QUANTO AOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE CERTAME, DEVERÁ APRESENTAR A DECLARAÇÃO DE QUE TRATA O ITEM SUPRA, FAZENDO CONSTAR EM TAL DOCUMENTO TAMBÉM A DECLARAÇÃO DE QUE CONSTA A RESTRIÇÃO FISCAL E QUE SE COMPROMETE EM SANAR O VÍCIO, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

3.6.3. A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME OU EPP), QUE TENHAM DECLARADO POSSUIR RESTRIÇÃO FISCAL CONFORME O ITEM ACIMA, SOMENTE SERÁ PERMITIDO CASO TAIS EMPRESAS TENHAM MANIFESTADO, NO ATO DE CREDENCIAMENTO, A CONDIÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP, CONFORME DISPÕE O ITEM 3.6.1. DESTE CAPÍTULO.

3.6.4. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, POR OCASIÃO DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO, DEVERÃO APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO:

3.6.5. HAVENDO ALGUMA RESTRIÇÃO NA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, SERÁ ASSEGURADO ÀS MESMAS O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA PREGOEIRA, PARA A REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO, PAGAMENTO OU PARCELAMENTO DO DÉBITO, E EMISSÃO DE EVENTUAIS CERTIDÕES NEGATIVAS OU POSITIVAS, ESTAS COM EFEITO DE NEGATIVA (ART. 43, PARÁGRAFO PRIMEIRO DA LC 147/14);

3.6.6. A NÃO REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO, NO PRAZO PREVISTO NO SUBITEM SUPRA, IMPLICARÁ A DECADÊNCIA DO DIREITO À CONTRATAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 81 DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993, SENDO FACULTADO AA PREGOEIRA CONVOCAR OS LICITANTES REMANESCENTES, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA A ASSINATURA DO CONTRATO, OU REVOGAR A LICITAÇÃO (ART. 43, PARÁGRAFO SEGUNDO DA LC 147/14);

3.6.7. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DEVERÃO APRESENTAR AA PREGOEIRA ANTES DE EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 OS DOCUMENTOS:

I. EMPRESAS OPTANTES PELO SISTEMA SIMPLES DE TRIBUTAÇÃO, REGIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006:

A) COMPROVANTE DE OPÇÃO PELO SISTEMA NACIONAL OBTIDO ATRAVÉS DO SITE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, [HTTP://RECEITA.FAZENDA.GOV.BR/SIMPLESNACIONAL](http://receita.fazenda.gov.br/simplesnacional);

B) DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, DE NÃO HAVER NENHUM IMPEDIMENTOS PREVISTOS DO § 4º DO ARTIGO 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

II. EMPRESAS NÃO OPTANTES PELO SISTEMA SIMPLES DE TRIBUTAÇÃO, REGIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

A) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE COMPROVANDO TER RECEITA BRUTA DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NOS INCISOS I E II DO ARTIGO 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

B) CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- SPED;

C) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ;

D) CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES;

E) DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA DE NÃO HAVER NENHUM IMPEDIMENTO PREVISTOS NOS INCISOS DO § 4º DO ARTIGO 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

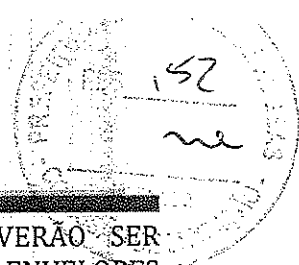
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



4.1- A PROPOSTA DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO LOCAL, DIA E HORA DETERMINADOS NO EDITAL, EM ENVELOPES SEPARADOS, DEVIDAMENTE FECHADOS E RUBRICADOS NO FECHO, ASSIM DENOMINADOS:

- a) ENVELOPE N.º 1: PROPOSTA DE PREÇOS; E
- b) ENVELOPE N.º 2: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.2. OS ENVELOPES DEVERÃO CONTER, EM SUAS PARTES EXTERNAS, OS SEGUINTE DIZERES:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.01.02.2022- SEMED
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.01.02.2022- SEMED
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

4.3. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 01 (UMA) VIA ORIGINAL, NA LÍNGUA PORTUGUESA, SALVO QUANTO ÀS EXPRESSÕES TÉCNICAS DE USO CORRENTE, REDIGIDA COM CLAREZA, SEM EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS, DEVIDAMENTE DATADA, ASSINADA E RUBRICADA TODAS AS FOLHAS PELO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE PROPONENTE, CONTENDO:

4.3.1. INDICAÇÃO DO NOME E NÚMERO DO BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE PARA EFEITO DE PAGAMENTO (PREFERENCIALMENTE BRADESCO);

4.3.2. PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, EXPRESSOS EM ALGARISMO E POR EXTENSO, CONFORME **TERMO DE REFERÊNCIA**, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.3.3. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, SERÁ CONSIDERADO O PRIMEIRO E ENTRE OS EXPRESSOS EM ALGARISMO E POR EXTENSO, PREVALECERÁ O ÚLTIMO;

4.3.4. DECLARAÇÃO EXPRESSA DE QUE NOS PREÇOS CONTIDOS NA PROPOSTA ESCRITA E NAQUELES QUE, PORVENTURA, VIEREM A SER OFERTADOS POR MEIO DE LANÇES VERBAIS ESTÃO INCLUÍDOS TODOS OS CUSTOS E DESPESAS, TAIS COMO: IMPOSTOS, TAXAS, FRETES E OUTROS.

4.4. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:

A) CONTIVER VÍCIOS OU ILEGALIDADES;

B) ESTIVER EM DESACORDO COM QUALQUER DAS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL;

C) CONTIVER OFERTA DE VANTAGEM NÃO PREVISTA EM EDITAL, INCLUSIVE FINANCIAMENTOS SUBSIDIADOS OU A FUNDO PERDIDO, OU APRESENTAR PREÇO OU VANTAGEM BASEADA NAS OFERTAS DAS DEMAIS LICITANTES;

D) APRESENTAR PROPOSTA COMERCIAL COM PERCENTUAL DE DESCONTO DE VALOR IGUAL A ZERO;

E) TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS INVEROSSÍMIL;

F) APRESENTAR PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS, ASSIM CONSIDERADOS AQUELES QUE NÃO VENHAM A TER DEMONSTRADA SUA VIABILIDADE, ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE QUE OS CUSTOS DOS INSUMOS SÃO COERENTES COM OS DE MERCADO E QUE OS

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



153
w

COEFICIENTES DE PRODUTIVIDADE SÃO COMPATÍVEIS COM A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO;

4.5. AS LICITANTES ARCARÃO COM TODOS OS CUSTOS DECORRENTES DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

4.6. O PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE NO MÍNIMO 60 (SESSENTA) DIAS.

4.7. APÓS ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL ENTREGUE NÃO CABERÁ DESISTÊNCIA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PUNIÇÕES PREVISTAS NA CLÁUSULA - "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS".

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A REUNIÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, SERÁ PÚBLICA, DIRIGIDA PELA PREGOEIRA E REALIZADA NA DATA, HORÁRIO E LOCAL DETERMINADOS NESTE EDITAL.

5.2. NOS TERMOS DO ITEM 2. DESTA EDITAL E COM BASE NO INCISO IV DO ART. 11 DO DECRETO 3.555/2000, O INTERESSADO, OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, DEVERÁ COMPROVAR POSSUIR PODERES PARA FORMULAÇÃO DE OFERTAS E LANCES VERBAIS, BEM COMO PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME.

5.3. DECLARADA A ABERTURA DA SESSÃO PELA PREGOEIRA, NÃO MAIS SERÃO ADMITIDOS NOVOS PROPONENTES, DANDO-SE INÍCIO AO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, JUNTAMENTE COM DECLARAÇÃO DOS INTERESSADOS OU DE SEUS REPRESENTANTES, DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O INCISO VII, ART. 4º DA LEI N.º 10.520, DE 17/07/2002.

5.4. SERÃO ABERTOS OS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS, CUJOS DOCUMENTOS SERÃO LIDOS, CONFERIDOS E RUBRICADOS PELA PREGOEIRA E PELOS PARTICIPANTES QUE O DESEJAREM.

6. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME

6.1 - O PREGÃO SERÁ DO TIPO PRESENCIAL, COM A ABERTURA DA LICITAÇÃO EM SESSÃO PÚBLICA, DIRIGIDA POR UM PREGOEIRO, E REALIZAR-SE-Á NO ENDEREÇO CONSTANTE DO PREÂMBULO DESTA EDITAL, SEGUINDO O TRÂMITE INDICADO ABAIXO E OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

6.2 - **CRENCIAMENTO:** ANTES DO INÍCIO DA SESSÃO OS REPRESENTANTES DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME DEVERÃO SE APRESENTAR PARA CREDENCIAMENTO JUNTO A PREGOEIRA, IDENTIFICAR-SE, E, COMPROVAREM A EXISTÊNCIA DOS NECESSÁRIOS PODERES PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS E PARA A PRÁTICA DE TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, ASSINANDO ENTÃO LISTA DE PRESENÇA.

6.3 - **RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** A PARTIR DO HORÁRIO ESTABELECIDO NO PREÂMBULO DESTA EDITAL TERÁ INÍCIO À SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL, NA PRESENÇA DOS REPRESENTANTES DOS LICITANTES DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E DEMAIS PESSOAS QUE QUEIRAM ASSISTIR AO ATO, ONDE A PREGOEIRA RECEBERÁ DE CADA LICITANTE OU SEU REPRESENTANTE, EM ENVELOPES DISTINTOS, DEVIDAMENTE LACRADOS E RUBRICADOS NOS FECHOS, AS PROPOSTAS DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES, FAZENDO REGISTRAR O NOME DOS LICITANTES QUE ASSIM PROCEDERAM.

6.3.1 - DEPOIS DE ENCERRADO O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, NENHUM OUTRO ENVELOPE OU DOCUMENTO SERÁ ACEITO PELA PREGOEIRA.

6.3.2 - APÓS A ENTREGA DOS ENVELOPES NÃO CABERÁ DESISTÊNCIA POR PARTE DE QUALQUER LICITANTE, SALVO POR MOTIVO JUSTO DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE E ACEITO PELA PREGOEIRA.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



154
ne

6.4 - **ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS:** ABERTOS OS ENVELOPES CONTENDO A "PROPOSTA DE PREÇOS" DE TODOS OS LICITANTES, A PREGOEIRA OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO FARÁ A VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO EDITAL. A SEGUIR, A PREGOEIRA INFORMARÁ AOS PARTICIPANTES PRESENTES QUAIS LICITANTES APRESENTARAM PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DO(S) OBJETO(S) DA PRESENTE LICITAÇÃO E OS RESPECTIVOS VALORES OFERTADOS.

6.5 - **CLASSIFICAÇÃO INICIAL:** A PREGOEIRA FARÁ A ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS DE TODOS OS LICITANTES, EM ORDEM DECRESCENTE DE VALOR, CLASSIFICANDO O LICITANTE COM PROPOSTA DE MENOR PREÇO E AQUELES QUE TENHAM APRESENTADO PROPOSTAS COM PREÇOS SUCESSIVOS E SUPERIORES EM ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) RELATIVAMENTE À DE MENOR, PARA QUE SEUS REPRESENTANTES PARTICIPEM DOS LANCES VERBAIS.

6.5.1 - CASO NÃO SEJAM VERIFICADAS NO MÍNIMO 03 (TRÊS) PROPOSTAS DE PREÇOS NAS CONDIÇÕES DEFINIDAS NO SUBITEM 6.5, A PREGOEIRA CLASSIFICARÁ AS MELHORES PROPOSTAS, ATÉ O MÁXIMO DE 03 (TRÊS), PARA QUE SEUS REPRESENTANTES PARTICIPEM DOS LANCES VERBAIS, QUAISQUER QUE SEJAM OS PREÇOS OFERECIDAS NAS PROPOSTAS ESCRITAS INICIAIS.

6.6 - **LANCES VERBAIS:** EM SEGUIDA, SERÁ DADO INÍCIO À ETAPA DE APRESENTAÇÃO DE LANCES VERBAIS, QUE DEVERÃO SER FORMULADOS DE FORMA SUCESSIVA, EM VALORES DISTINTOS E COM PREÇOS DECRESCENTES, OBEDECENDO AS SEGUINTE DISPOSIÇÕES:

6.6.1 - A PREGOEIRA CONVIDARÁ INDIVIDUALMENTE OS LICITANTES CLASSIFICADOS, DE FORMA SEQUENCIAL, A APRESENTAR LANCES VERBAIS, A PARTIR DO AUTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA DE MENOR PREÇO POR ITEM E OS DEMAIS, EM ORDEM DECRESCENTE DE VALOR. NO CASO DE EMPATE DE VALOR ENTRE PROPOSTAS SERÁ REALIZADO IMEDIATAMENTE SORTEIO VISANDO DEFINIR A ORDEM DE LANCE ENTRE OS LICITANTES EMPATADOS.

6.6.2 - SÓ SERÃO ACEITOS OS LANCES CUJOS VALORES FOREM INFERIORES AO ÚLTIMO LANCE QUE TENHA SIDO ANTERIORMENTE REGISTRADO.

6.6.3 - A PREGOEIRA NO INÍCIO OU NO DECORRER DA ETAPA DE LANCES VERBAIS TERÁ A PRERROGATIVA DE:

- A) DETERMINAR UM INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES VERBAIS A SEREM REALIZADOS;
- B) DETERMINAR UM PERÍODO MÁXIMO DE TEMPO PARA QUE CADA LICITANTE REALIZE O LANCE VERBAL;

6.6.4 - NÃO SERÁ ACEITO O LANCE REALIZADO EM DESACORDO COM AS DETERMINAÇÕES EMANADAS DA PREGOEIRA NA FORMA DA ALÍNEA "A" DO SUB ITEM ANTERIOR.

6.6.5 - PRECLUI O DIREITO DE APRESENTAR LANCE VERBAL, SENDO CONSIDERADO DESISTENTE O LICITANTE QUE DEIXAR DE APRESENTAR LANCE NO PRAZO DETERMINADO PELA PREGOEIRA NA FORMA DA ALÍNEA "B" DO SUB ITEM 6.6.3.

6.6.6 - A DESISTÊNCIA EM APRESENTAR LANCE VERBAL, QUANDO CONVOCADO PELA PREGOEIRA, IMPLICARÁ EXCLUSÃO DO LICITANTE DAS RODADAS POSTERIORES DE OFERTA DE LANCES VERBAIS, FICANDO SUA ÚLTIMA PROPOSTA REGISTRADA PARA EFEITO DE CLASSIFICAÇÃO AO FINAL DA ETAPA COMPETITIVA.

6.6.7 - QUANDO NÃO MAIS SE REALIZAREM LANCES VERBAIS POR QUALQUER DOS LICITANTES SERÁ DECLARADA ENCERRADA A ETAPA COMPETITIVA E ORDENADAS AS OFERTAS EM ORDEM DECRESCENTE, EXCLUSIVAMENTE PELO CRITÉRIO DE MENOR PREÇO.

6.6.8 - A PREGOEIRA PODERÁ NEGOCIAR DIRETAMENTE COM O PROPONENTE PARA QUE SEJA OBTIDA MELHOR OFERTA PARA A ADMINISTRAÇÃO NAS SITUAÇÕES EM QUE NÃO SE REALIZEM LANCES VERBAIS, OU REALIZANDO-SE, DEPOIS DE DECLARADO O ENCERRAMENTO DA ETAPA COMPETITIVA SE A OFERTA NÃO FOR ACEITÁVEL, OU SE O LICITANTE CLASSIFICADO FOR CONSIDERADO INABILITADO, NO EXAME DE OFERTA SUBSEQUENTE.

6.6.9 - CASO HAJA EMPATE NAS PROPOSTAS ESCRITAS, ORDENADAS E INICIALMENTE CLASSIFICADAS SEM QUE SE REALIZEM LANCES VERBAIS, O DESEMPATE SE FARÁ POR SORTEIO, EM ATO PÚBLICO, NA PRÓPRIA SESSÃO DO PREGÃO.

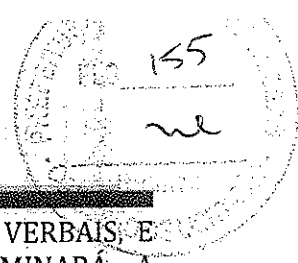
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



6.6.10 - DECLARADA ENCERRADA A ETAPA COMPETITIVA, COM OU SEM LANCES VERBAIS, E REALIZADA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS, A PREGOEIRA EXAMINARÁ A ACEITABILIDADE DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, ESPECIALMENTE QUANTO À CONFORMIDADE ENTRE A PROPOSTA/OFERTA DE MENOR PREÇO E O VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO CONSTANTE DA PLANILHA ANEXA AO TERMO DE REFERÊNCIA, DECIDINDO MOTIVADAMENTE A RESPEITO.

6.6.11 - TRATANDO-SE DE PREÇO INEXEQUÍVEL A PREGOEIRA PODERÁ DETERMINAR AO LICITANTE QUE COMPROVE A EXEQUIBILIDADE DE SUA PROPOSTA, EM PRAZO A SER FIXADO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

6.6.12 - OCORRENDO A HIPÓTESE TRATADA NO SUBITEM ANTERIOR A PREGOEIRA ABRIRÁ O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE PRIMEIRO CLASSIFICADO "SOB CONDIÇÃO", CONSIDERANDO O DISPOSTO NESTE SUBITEM.

6.6.13 - DIANTE DA HIPÓTESE TRATADA NO SUBITEM 6.6.11 A PREGOEIRA PODERÁ, TAMBÉM "SOB CONDIÇÃO", NEGOCIAR DIRETAMENTE COM O CLASSIFICADO SUBSEQUENTE PARA QUE SEJA OBTIDA MELHOR OFERTA QUE A SUA PROPOSTA ANTERIORMENTE OFERECIDA A FIM DE CONSEGUIR MELHOR PROPOSTA, CASO NÃO COMPROVADA A EXEQUIBILIDADE DO LICITANTE ANTERIORMENTE CLASSIFICADO.

6.6.14 - O LANCE VERBAL DEPOIS DE PROFERIDO SERÁ IRRETRATÁVEL, NÃO PODENDO HAVER DESISTÊNCIA DOS LANCES OFERTADOS, SUJEITANDO-SE O LICITANTE DESISTENTE ÀS PENALIDADES CONSTANTES DESTA EDITAL.

6.6.15 - OS LICITANTES QUE APRESENTAREM PREÇOS EXCESSIVOS OU MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS, SERÃO CONSIDERADOS DESCLASSIFICADOS, NÃO SE ADMITINDO COMPLEMENTAÇÃO POSTERIOR.

6.6.16 - CONSIDERAR-SE-ÃO PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS AQUELES QUE FOREM SIMBÓLICOS, IRRISÓRIOS OU DE VALOR ZERO, INCOMPATÍVEIS COM OS PREÇOS DE MERCADO, ACRESCIDOS DOS RESPECTIVOS ENCARGOS.

6.6.17 - NÃO SERÃO ADJUDICADAS PROPOSTAS COM PREÇOS SUPERIORES AOS VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO.

6.6.17.1 - SERÃO CONSIDERADOS COMPATÍVEIS COM OS DE MERCADO OS PREÇOS REGISTRADOS QUE FOREM IGUAIS OU INFERIORES À MÉDIA DAQUELES APURADOS PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA DE RUSSAS, RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EMISSÃO DA REFERIDA PLANILHA, ASSIM TAMBÉM, DIRIMIDAS AS EVENTUAIS DÚVIDAS QUE POSSAM SURTIR.

6.7 - **HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO:** EXISTINDO PROPOSTA CLASSIFICADA ACEITÁVEL, A PREGOEIRA ANUNCIARÁ A ABERTURA DO ENVELOPE REFERENTE AOS "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" DO(S) LICITANTE(S) QUE APRESENTOU(ARAM) A(S) MELHOR(ES) PROPOSTA(S), PARA CONFIRMAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS, DETERMINADAS NO ITEM 7.

6.7.1 - OS LICITANTES QUE DEIXAREM DE APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ENVELOPE Nº. 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), OU OS APRESENTAREM EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL, OU COM IRREGULARIDADES NO SEU CONTEÚDO E FORMA, SERÃO CONSIDERADOS INABILITADOS, NÃO SE ADMITINDO COMPLEMENTAÇÃO POSTERIOR.

6.7.2 - CONSTATADO O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS FIXADAS NO EDITAL, O LICITANTE SERÁ DECLARADO VENCEDOR, SENDO-LHE ADJUDICADO O OBJETO DA LICITAÇÃO, PELA PREGOEIRA, CASO NÃO HAJA INTENÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR QUALQUER DOS DEMAIS LICITANTES.

6.7.3 - SE O LICITANTE DESATENDER ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS, A PREGOEIRA EXAMINARÁ A OFERTA SUBSEQUENTE, PERMITIDA NEGOCIAÇÃO - SUBITEM 6.6.8 DO EDITAL, VERIFICANDO A SUA ACEITABILIDADE E PROCEDENDO À VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE, ATÉ A APURAÇÃO DE UMA PROPOSTA QUE ATENDA INTEGRALMENTE AO EDITAL, SENDO O RESPECTIVO LICITANTE DECLARADO VENCEDOR E A ELE ADJUDICADO O OBJETO DO CERTAME.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



156
ve

6.7.4 - QUANDO TODOS OS LICITANTES FOREM INABILITADOS OU TODAS AS PROPOSTAS FOREM DESCLASSIFICADAS, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ FIXAR AOS LICITANTES O PRAZO DE 08 (OITO) DIAS ÚTEIS PARA A APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO OU DE NOVA PROPOSTA ESCOIMADAS DAS CAUSAS REFERIDAS NESTE ARTIGO.

6.7.5 - A PREGOEIRA TERÁ A PRERROGATIVA DE DECIDIR SE O EXAME DOS "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" SE DARÁ AO FINAL DA ETAPA COMPETITIVA DE CADA ITEM OU AO FINAL DO JULGAMENTO DE TODOS OS ITENS.

6.8 - **RECURSOS:** SOMENTE NO FINAL DA SESSÃO, DEPOIS DE DECLARADO O(S) LICITANTE(S) VENCEDOR(ES) DO CERTAME, QUALQUER LICITANTE PODERÁ MANIFESTAR, IMEDIATA E MOTIVADAMENTE, A INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSO, COM REGISTRO EM ATA DA SÍNTESE DAS SUAS RAZÕES, FACULTANDO-LHE JUNTAR MEMORIAIS NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS, FICANDO OS DEMAIS LICITANTES DESDE LOGO INTIMADOS PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES EM PRAZO SUCESSIVO TAMBÉM DE 03 (TRÊS) DIAS (QUE COMEÇARÁ A CORRER DO TÉRMINO DO PRAZO DA RECORRENTE), SENDO-LHES ASSEGURADA VISTA IMEDIATA DOS AUTOS.

6.8.1 - O RECURSO SERÁ DIRIGIDO AO(S) SECRETÁRIO(S) GESTOR(ES), POR INTERMÉDIO DA PREGOEIRA, O QUAL PODERÁ RECONSIDERAR SUA DECISÃO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, OU, NESSE MESMO PRAZO, FAZÊ-LO SUBIR, DEVIDAMENTE INFORMADO, DEVENDO, NESTE CASO, A DECISÃO SER PROFERIDA DENTRO DO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, CONTADO DO RECEBIMENTO DO RECURSO PELO(S) SECRETÁRIO(S) GESTOR(ES).

6.8.2 - NÃO SERÃO ADMITIDOS RECURSOS APRESENTADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO PROCESSO PARA RESPONDER PELO LICITANTE.

6.8.3 - NÃO SERÁ CONCEDIDO PRAZO PARA RECURSOS SOBRE ASSUNTOS MERAMENTE PROTETATÓRIOS OU QUANDO NÃO JUSTIFICADA A INTENÇÃO DE INTERPOR O RECURSO PELO LICITANTE.

6.8.4 - O RECURSO CONTRA DECISÃO DA PREGOEIRA TERÁ EFEITO SUSPENSIVO, CONFORME DISPOSTO NO § 2º DO ART. 109 DA LEI Nº. 8.666/93.

6.8.5 - A FALTA DE MANIFESTAÇÃO IMEDIATA E MOTIVADA DO LICITANTE EM RECORRER, AO FINAL DA SESSÃO DO PREGÃO, IMPORTARÁ A PRECLUSÃO DO DIREITO DE RECURSO E A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PELA PREGOEIRA AO LICITANTE VENCEDOR.

6.8.6 - A PETIÇÃO PODERÁ SER FEITA NA PRÓPRIA SESSÃO E, SE ORAL, SERÁ REDUZIDA A TERMO EM ATA, FACULTADO AA PREGOEIRA O EXAME DOS FATOS E JULGAMENTO IMEDIATO DO RECURSO.

6.8.7 - O ACOLHIMENTO DE RECURSO IMPORTARÁ A INVALIDAÇÃO APENAS DOS ATOS INSUSCETÍVEIS DE APROVEITAMENTO.

6.8.8 - DECIDIDO(S) O(S) RECURSO(S) E CONSTATADA A REGULARIDADE DOS ATOS PROCEDIMENTAIS, O(S) SECRETÁRIO(S) GESTOR(ES) HOMOLOGARÁ(ÃO) E PROCEDERÁ(ÃO) A ADJUDICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) VENCEDORA(S), PARA DETERMINAR A CONTRATAÇÃO;

6.8.9 - A INTIMAÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO — PREGOEIRO OU SECRETÁRIO(S) — EM SEDE RECURSAL SERÁ FEITA MEDIANTE PUBLICAÇÃO DO ATO EM JORNAL OFICIAL OU JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL, CONFORME DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL.

6.8.10 - OS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PERMANECERÃO COM VISTA FRANQUEADA AOS INTERESSADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS/CE.

6.9 - **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** DA SESSÃO DO PREGÃO SERÁ LAVRADA ATA CIRCUNSTANCIADA, QUE MENCIONARÁ OS LICITANTES CREDENCIADOS, AS PROPOSTAS ESCRITAS E VERBAIS APRESENTADAS, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E OS RECURSOS INTERPOSTOS, DEVENDO SER A MESMA OBRIGATORIAMENTE ASSINADA, AO FINAL, PELA PREGOEIRA E SUA EQUIPE DE APOIO, E FACULTATIVAMENTE, PELOS LICITANTES AINDA PRESENTES QUANDO DO ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.

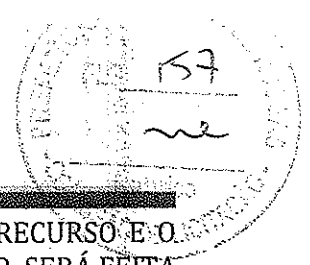
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



6.9.1 - AO FINAL DA SESSÃO, CASO NÃO HAJA INTENÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E O PREÇO FINAL SEJA IGUAL OU INFERIOR AO PREVISTO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO, SERÁ FEITA PELA PREGOEIRA A ADJUDICAÇÃO AO LICITANTE DECLARADO VENCEDOR DO CERTAME E ENCERRADA A REUNIÃO, APÓS O QUE, O PROCESSO, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, SERÁ ENCAMINHADO:

A) À PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, PARA FINS DE ANÁLISE E PARECER;
B) E DEPOIS À(S) SECRETARIA(S) COMPETENTES PARA HOMOLOGAÇÃO.

6.9.12- O LICITANTE DECLARADO VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR A PREGOEIRA, NO PRAZO MÁXIMO DE **24 (VINTE E QUATRO) HORAS** APÓS O ENCERRAMENTO DESTE PREGÃO, A PROPOSTA ESCRITA DE PREÇOS CONTEMPLANDO O LANCE FINAL OFERTADO - **PROPOSTA CONSOLIDADA**.

6.9.12.1- A EMPRESA QUE NÃO OBEDECER À CLÁUSULA 6.9.12 DO EDITAL SOFRERÁ AS PENALIDADES CONSTANTES DO ART. 87, INCISO III DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

6.10 - **SUSPENSÃO DA SESSÃO:** AA PREGOEIRA É FACULTADO SUSPENDER QUALQUER SESSÃO MEDIANTE MOTIVO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO E MARCAR SUA REABERTURA PARA OUTRA OCASIÃO, FAZENDO CONSTAR ESTA DECISÃO NA ATA DOS TRABALHOS.

6.10.1 - A PREGOEIRA PODERÁ, PARA ANALISAR AS PROPOSTAS DE PREÇOS, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS, SOLICITAR PARECERES TÉCNICOS E SUSPENDER A SESSÃO PARA REALIZAR DILIGÊNCIA A FIM DE OBTER MELHORES SUBSÍDIOS PARA AS SUAS DECISÕES.

6.11 - **INDICAÇÃO DO VENCEDOR:** NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/OFERTAS SERÁ DECLARADO VENCEDOR O LICITANTE QUE, TENDO ATENDIDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DESTE EDITAL, APRESENTAR A **MENOR PREÇO POR LOTE**, CUJO OBJETO DO CERTAME A ELA SERÁ ADJUDICADO.

6.11.1 - NÃO SERÃO CONSIDERADAS OFERTAS OU VANTAGENS NÃO PREVISTAS NESTE EDITAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: ENCERRADA A ETAPA DE LANCES NA HIPÓTESE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITANTE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), SERÁ OBSERVADO O DISPOSTO NOS ART. 44 E 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 6.204 DE 2007 E ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO: NESSAS CONDIÇÕES, AS PROPOSTAS QUE SE ENCONTRAREM NA FAIXA DE 5% (CINCO POR CENTO) ACIMA DA PROPOSTA OU LANCE DE MENOR PREÇO SERÃO CONSIDERADAS EMPATADAS COM A PRIMEIRA COLOCADA E O LICITANTE ME OU EPP MELHOR CLASSIFICADO TERÁ O DIREITO DE ENCAMINHAR UMA ÚLTIMA OFERTA PARA DESEMPATE, OBRIGATORIAMENTE ABAIXO DA PRIMEIRA COLOCADA.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR NO **ENVELOPE N.º 2 - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**, QUE DEMONSTREM ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS QUE SÃO INDICADAS A SEGUIR:

7.2. DECLARAÇÃO EXPRESSA, SOB AS PENALIDADES CABÍVEIS, AFIRMANDO A INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NESTE CERTAME, GARANTINDO AINDA ESTAR CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE INFORMAR ACERCA DE OCORRÊNCIAS POSTERIORES, CONFORME MODELO DE DECLARAÇÃO CONSTANTE DO **ANEXO V DESTE EDITAL**.

7.3. DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO MANTÉM EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, INSALUBRE, PERIGOSO OU PENOSO, E MENORES DE 14 (QUATORZE) ANOS, EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE

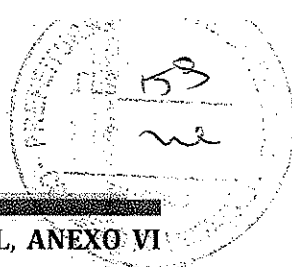
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



APRENDIZ, NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, **ANEXO VI** DESTE EDITAL.

7.4. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O MUNICÍPIO DE RUSSAS DO(S) SÓCIO(S) E/OU PROPRIETÁRIO DA EMPRESA, **ANEXO IX** DO EDITAL.

7.5-CASO NA AUTENTICAÇÃO CONSTE EXPRESSAMENTE QUE A MESMA SE REFERE AO VERSO E AO ANVERSO DO DOCUMENTO, A EXIGÊNCIA REFERENTE À AUTENTICAÇÃO DE TODAS AS FACES DO DOCUMENTO FICA SEM VALIDADE.

7.6-CASO O DOCUMENTO APRESENTADO SEJA EXPEDIDO POR INSTITUIÇÃO QUE LEGALMENTE E COM REGULARIDADE PERMITA A SUA EMISSÃO E CONSULTA PELA INTERNET, A PREGOEIRA PODERÁ VERIFICAR A AUTENTICIDADE DESTE ATRAVÉS DE CONSULTA JUNTO AO RESPECTIVO SITE.

7.7-PARA A HABILITAÇÃO JURÍDICA, O LICITANTE DEVERÁ, NOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DEMONSTRAR A COMPATIBILIDADE DOS SEUS OBJETIVOS SOCIAIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, PODENDO SER ATRAVÉS DO CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS.

7.8. O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL PODERÁ SER APRESENTADO POR LICITANTE INSCRITO NO CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE RUSSAS, QUE SUBSTITUIRÁ OS DOCUMENTOS REFERENTES ÀS HABILITAÇÕES JURÍDICA E FISCAL, EXCETO OS DOCUMENTOS ENUMERADOS NOS INCISOS III E IV DO ART. 29 DA LEI Nº 8.666/93, DESDE QUE, QUANDO DA VERIFICAÇÃO PELA PREGOEIRA, SEJA CONSTATADO QUE A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA ESTEJA DEVIDAMENTE REGULAR, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE PREVISTO PARA ESTE CERTAME E DISPONÍVEL NO ARQUIVO E CONTROLES DO COMPETENTE CADASTRO.

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

a.1) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa.

a.2) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa.

a.3) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

a.4) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a.5) **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

I) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 ao 21 da lei 5.764/71;

II) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;

III) Ata de fundação da cooperativa;

IV) Ata da assembléia que aprovou o estatuto social;

V) Regimento interno com a Ata da assembléia que o aprovou;

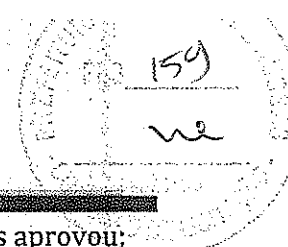
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembléia que os aprovou;

VII) Editais das 03 últimas assembléias gerais extraordinárias.

a.6) **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**, no caso de licitante inscrita no Cadastro de Fornecedores do Município de RUSSAS, no seu prazo de validade, de acordo com o disposto no neste item.

I) O Certificado exigido acima é obrigatório somente para o licitante que queira substituir documento conforme o estabelecido neste item.

B) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b.1) Apresentar o **BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, na forma do artigo 31, inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e, ou, no caso de empresa optante pelo simples nacional, declarada em credenciamento, poderá apresentar: cópia da Declaração de Informação Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) de Pessoa Jurídica e respectivo recibo de entrega em conformidade com o programa gerador de documento de arrecadação o Simples Nacional;

b.1.2) As empresas **Optantes pelo Sistema Simples de Tributação**, se declarado em Credenciamento, ficarão isentas de apresentação do que se refere este item, conforme art. 25, c/c art. 26, parágrafo 2º e art. 27 da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, mediante apresentação:

b.1.2.1) Cópia da Declaração de Informação Socioeconômicas e Fiscais - (DEFIS) de Pessoa Jurídica e respectivo recibo de entrega em conformidade com o programa gerador de documento de arrecadação o Simples Nacional;

b.1.3) No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial;

b.1.4) No caso das demais sociedades empresariais, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito por contador registrado no Conselho Regional de contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa;

b.1.5) No caso de empresa recém-construída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, constando no Balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

b.2) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

C) REGULARIDADE FISCAL

c.1) **PROVA DE INSCRIÇÃO JUNTO AO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CARTÃO CNPJ**;

c.2) **PROVA DE INSCRIÇÃO** junto à Fazenda Estadual ou Municipal ou documento de isenção;

c.3) **PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL** da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentarem **igualdade de CNPJ**.

I) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

II) **CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, OU EQUIVALENTE, REFERENTE AO ICMS, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO**;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



III) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELO SETOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DA SEDE DO DOMICÍLIO DO LICITANTE.

c.4) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRF) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.5) Prova de situação regular fiscal perante a Fazenda Nacional (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DIVIDA ATIVA DA UNIÃO), alterada pela portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014; encontrada no site: portconjuntaRFBPGFN18212014.htm.

c.6) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.8) Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ ressalvando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais da licitante.

c.9) Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.

c.10) As certidões de comprovação de regularidade, exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos **30 (trinta) dias anteriores à data de abertura do certame.**

D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

d.1) Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida do assinante, comprovando a prestação de serviços compatível com o objeto licitado (eventos na área pedagógica).

d.2) Apresentação da relação do profissional palestrante que será responsável pela palestra Master de 60 minutos a ser realizada de forma online na abertura do evento, comprovando que o mesmo possui notório saber em Educação e políticas públicas, com mestrado e/ou doutorado na área de concentração em Políticas Públicas e/ou Ensino Aprendizagem, onde tal comprovação de qualificação, deverá ser realizada por meio de diplomas e/ou certificados de conclusão e atestado de participação em palestras para Educação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: ESTES DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS EM (ORIGINAIS OU CÓPIAS), NO CASO DE CÓPIAS, DEVERÃO SER AUTENTICADAS POR TABELIÃO.

8. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO

8.1 - ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA FIXADA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PODERÁ SOLICITAR ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR O ATO CONVOCATÓRIO DESTES PREGÃO.

8.1.1 - DECAIRÁ DO DIREITO DE IMPUGNAR OS TERMOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO PERANTE A ADMINISTRAÇÃO A PESSOA QUE NÃO O FIZER DENTRO DO PRAZO FIXADO NESTE SUBITEM, HIPÓTESE EM QUE TAL COMUNICAÇÃO NÃO TERÁ EFEITO DE RECURSO.

8.1.2 - A IMPUGNAÇÃO FEITA TEMPESTIVAMENTE PELO LICITANTE NÃO O IMPEDIRÁ DE PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO A ELA PERTINENTE.

8.2 - SOMENTE SERÃO ACEITAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES MEDIANTE PETIÇÃO CONFECCIONADA EM MÁQUINA DATILOGRÁFICA OU IMPRESSORA ELETRÔNICA, EM TINTA NÃO LAVÁVEL, QUE PREENCHAM OS SEGUINTE REQUISITOS:

8.2.1 - O ENDEREÇAMENTO A PREGOEIRA DA PREFEITURA DE RUSSAS/CE;

8.2.2 - A IDENTIFICAÇÃO PRECISA E COMPLETA DO AUTOR E SEU REPRESENTANTE LEGAL (ACOMPANHADO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS) SE FOR O CASO, CONTENDO O NOME, PRENOME, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, DOMICÍLIO, NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO,

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



DEVIDAMENTE DATADA, ASSINADA E PROTOCOLADA NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS/CE OU ENVIADA PARA O E-MAIL:licitação@russas.ce.gov.br, DENTRO DO PRAZO EDITALÍCIO;

8.2.3 - O FATO E O FUNDAMENTO JURÍDICO DE SEU PEDIDO, INDICANDO QUAIS OS ITENS OU SUB ITENS DISCUTIDOS;

8.2.4 - O PEDIDO, COM SUAS ESPECIFICAÇÕES;

8.3 - A RESPOSTA DO MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE, SERÁ DISPONIBILIZADA A TODAS OS INTERESSADOS MEDIANTE PUBLICAÇÃO DO ATO EM JORNAL OFICIAL OU JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL, CONFORME DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL E CONSTITUIRÁ ADITAMENTO A ESTAS INSTRUÇÕES.

8.4 - O ADITAMENTO PREVALECERÁ SEMPRE EM RELAÇÃO AO QUE FOR ADITADO.

8.5 - ACOLHIDA A PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO CONTRA O ATO CONVOCATÓRIO QUE IMPORTE EM MODIFICAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL SERÁ DESIGNADA NOVA DATA PARA A REALIZAÇÃO DO CERTAME, EXCETO QUANDO, INQUESTIONAVELMENTE, A ALTERAÇÃO NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.

8.5.1 - QUALQUER MODIFICAÇÃO NESTE EDITAL SERÁ DIVULGADA PELA MESMA FORMA QUE SE DEU AO TEXTO ORIGINAL, EXCETO QUANDO, INQUESTIONAVELMENTE, A ALTERAÇÃO NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.

9 - DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

9.1- EM QUALQUER FASE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, A PREGOEIRA OU A AUTORIDADE SUPERIOR, PODERÁ PROMOVER DILIGÊNCIAS NO SENTIDO DE OBTER ESCLARECIMENTOS, CONFIRMAR INFORMAÇÕES OU PERMITIR SEJAM SANADAS FALHAS FORMAIS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPLEMENTEM A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA, FIXANDO O PRAZO PARA A RESPOSTA.

9.2 - OS LICITANTES NOTIFICADOS PARA PRESTAR QUAISQUER ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS DEVERÃO FAZÊ-LO NO PRAZO DETERMINADO PELA PREGOEIRA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO.

9.3 - O MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE PODERÁ REVOGAR A LICITAÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, NO TODO OU EM PARTE OU ANULAR ESTA LICITAÇÃO, EM QUALQUER ETAPA DO PROCESSO.

10- DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. A ADJUDICAÇÃO DESTA LICITAÇÃO EM FAVOR DO LICITANTE, CUJA PROPOSTA DE PREÇOS OU LANCE, SE HOVER, SEJA CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR, CASO NÃO HAJA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, É DA COMPETÊNCIA DO PREGOEIRO, E, CASO HAJA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, SERÁ SÓ DE RESPONSABILIDADE DA AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE DO ORGÃO DE ORIGEM DESTA LICITAÇÃO, QUE TAMBÉM PROMOVERÁ A HOMOLOGAÇÃO.

10.2-NO CASO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, SENDO A ADJUDICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE SUPERIOR, COMPETENTE DO ORGÃO DE ORIGEM DESTA LICITAÇÃO, DECIDIDO O RECURSO, ESTE HOMOLOGARÁ O JULGAMENTO DO PREGOEIRO E ADJUDICARÁ O OBJETO AO VENCEDOR.

10.3-A AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE DO ORGÃO DE ORIGEM DESTA LICITAÇÃO SE RESERVA AO DIREITO DE NAO HOMOLOGAR OU REVOGAR O PRESENTE PROCESSO, POR RAZOES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DO FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E MEDIANTE FUNDAMENTADO POR ESCRITO.

11- DO CONTRATO

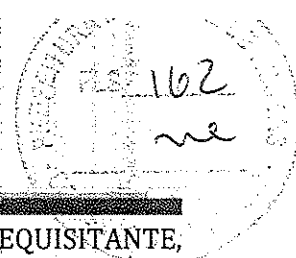
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



11.1- O MUNICÍPIO DE RUSSAS, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA REQUISITANTE, ASSINARÁ O CONTRATO COM O VENCEDOR DESTA LICITAGAO, NO PRAZO MAXIMO DE 05 (CINCO) DIAS, CONTADOS DA DATA DA CONVOCAÇÃO EXPEDIDA POR ESSE ORGÃO, SOB PENA DE DECAIR DO DIREITO A CONTRATAÇÃO, PODENDO SER PRORROGADA SOMENTE UMA VEZ, QUANDO SOLICITADO PELA PARTE, DESDE QUE OCORRA MOTIVO JUSTIFICADO E ACEITO PELO CONTRATANTE.

11.2- CASO O LICITANTE VENCEDOR SE RECUSE INJUSTIFICADAMENTE A ASSINAR O CONTRATO OU NÃO APRESENTE SITUAÇÃO REGULAR NO ATO DA ASSINATURA DO MESMO, A AUTORIDADE SUPERIOR DEVERÁ EXTINGUIR OS EFEITOS DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO ATRAVÉS DO ATO DA RESCISÃO E RETORNARÁ OS AUTOS DO PROCESSO AO PREGOEIRO, SEM PREJUÍZO DA APLICAGÉO DAS SANGOES CABIVEIS.

11.3- O PREGOEIRO RETORNARA AS ATIVIDADES DE SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA E CONVOCARÁ OUTRO LICITANTE, OBSERVADA A ORDEM DE QUALIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, PARA VERIFICAR A SUAS CONDIÇÕES DE INABILITAÇÃO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE.

11.4- O LICITANTE QUE, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DO VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NAO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DO MODO INIDONEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARA IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DO RUSSAS E SERÁ DESCREDENCIADO NO CADASTRO DO MUNICÍPIO, PELO PRAZO DO ATÉ 05 [CINCO] ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS LEGAIS.

12 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

12.1. AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA PRESENTE LICITAÇÃO SERÃO FORMALIZADAS MEDIANTE LAVRATURA DO RESPECTIVO CONTRATO, SUBSCRITA PELO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA(S) SECRETARIA(S) GESTORA(S), REPRESENTADA(S) PELO(S) SECRETÁRIO(S) ORDENADOR(ES) DE DESPESA, E O(S) LICITANTE(S) VENCEDOR(ES), QUE OBSERVARÁ OS TERMOS DA LEI N.º 8.666/93, DA LEI N.º 10.520/02, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS NORMAS PERTINENTES, COM VIGÊNCIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

13- DA FONTE DE RECURSOS

13.1 - AS DESPESAS DECORRENTES DO CONTRATO A SER CELEBRADO COM A LICITANTE VENCEDORA, CORRERAO POR CONTA DA DOTAÇÃO ORGAMENTÁRIA, SOB O Nº: 0801.12.361.1203.2.024-CAPACITAR E APERFEIÇOAR PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; ELEMENTO DE DESPESA: 3. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00; SUB ELEMENTO: 3.3.90.39.48.

14- DO PREÇO DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. PREÇOS: OS PREÇOS OFERTADOS DEVEM SER APRESENTADOS COM A INCIDÊNCIA DE TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS, TAXAS, FRETES, SEGUROS, DESLOCAMENTOS DE PESSOAL, CUSTOS, E DEMAIS DESPESAS PREVISÍVEIS QUE POSSAM INCIDIR SOBRE O FORNECIMENTO, INCLUSIVE A MARGEM DE LÚCRO.

14.2. REAJUSTE: OS VALORES CONSTANTES DAS PROPOSTAS NÃO SOFRERÃO REAJUSTE ANTES DE DECORRIDOS 12 (DOZE) MESES, HIPÓTESE NA QUAL PODERÁ SER UTILIZADO O ÍNDICE IPCA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

14.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: NA HIPÓTESE DE SOBREVIREM FATOS IMPREVISÍVEIS, OU PREVISÍVEIS, PORÉM DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, RETARDADORES

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



163
ne

OU IMPEDITIVOS DA EXECUÇÃO DO AJUSTADO, OU AINDA, EM CASO DE FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO OU FATO DO PRÍNCIPE, CONFIGURANDO ÁLEA ECONÔMICA EXTRAORDINÁRIA E EXTRA CONTRATUAL, PODERÁ, MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ONDE RESTE DEMONSTRADA TAL SITUAÇÃO E TERMO ADITIVO, SER RESTABELECIDO A RELAÇÃO QUE AS PARTES PACTUARAM INICIALMENTE ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL DO CONTRATO, NA FORMA DO ARTIGO 65, II, "D" DA LEI Nº. 8.666/93, ALTERADA E CONSOLIDADA.

15- DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DAR-SE-Á NOS TERMOS DO ART. 67 DA LEI FEDERAL 8.666 DE 1993, SERÁ DESIGNADO REPRESENTANTE PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A ENTREGA DOS BENS E/OU SERVIÇOS, ANOTANDO EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS A EXECUÇÃO E DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DE FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS.

15.2 - A FISCALIZAÇÃO NÃO EXCLUI NEM REDUZ A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, INCLUSIVE PERANTE TERCEIROS, POR QUALQUER IRREGULARIDADE, AINDA QUE RESULTE DE IMPERFEIÇÕES TÉCNICAS OU VÍCIOS REDIBITÓRIOS, E, NA OCORRÊNCIA DESTA, NÃO IMPLICA CORRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO OU DE SEUS AGENTES E PREPOSTOS, DE CONFORMIDADE COM O ART. 70 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

15.3 - O REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO ANOTARÁ EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DO CONTRATO, INDICANDO DIA, MÊS E ANO, BEM COMO O NOME DOS FUNCIONÁRIOS À REGULARIZAÇÃO EVENTUALMENTE ENVOLVIDOS, DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DAS FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS E ENCAMINHANDO OS APONTAMENTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

15.4 - NO INTERESSE DA CONTRATANTE, O OBJETO DESTA EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS PODERÁ SER SUPRIMIDO OU ACRESCIDO ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO, FACULTADA A SUPRESSÃO ALÉM DESSE LIMITE, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 65, § 1º E 2º, INCISO II DA LEI Nº 8666/93.

15.5- NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, O VALOR INICIAL ATUALIZADO DA CONTRATAÇÃO PODERÁ SER AUMENTADO OU SUPRIMIDO ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), COM FUNDAMENTO NO ART. 65, §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 8.666/93.

15.6- A LICITANTE CONTRATADA FICA OBRIGADA A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES LICITADAS, OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS.

15.7- NENHUM ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO PODERÁ EXCEDER O LIMITE ESTABELECIDO NESTA CONDIÇÃO, EXCETO AS SUPRESSÕES RESULTANTES DE ACORDO ENTRE AS PARTES.

16- PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. PODERÃO SER FIRMADOS CONTRATOS, QUE SERÃO TRATADOS DE FORMA AUTÔNOMA E SE SUBMETERÃO IGUALMENTE A TODAS AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DA LEI Nº. 8.666/93, INCLUSIVE QUANTO ÀS PRORROGAÇÕES, ALTERAÇÕES E RESCISÕES.

16.2. **DAS ORDENS DE COMPRAS:** OS PRODUTOS LICITADOS/CONTRATADOS SERÃO ENTREGUES MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE ORDENS DE COMPRAS, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO AO LICITANTE VENCEDOR, QUE INDICARÃO OS QUANTITATIVOS A SEREM ENTREGUES, DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE ADMINISTRATIVA, A NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DA CONTRATANTE.

16.2.1. A ORDEM DE COMPRA EMITIDA CONTERÁ OS ÍTEMS PRETENDIDOS E A RESPECTIVA QUANTIDADE, DEVENDO SER ENTREGUE AO BENEFICIÁRIO DO CONTRATO NO SEU ENDEREÇO

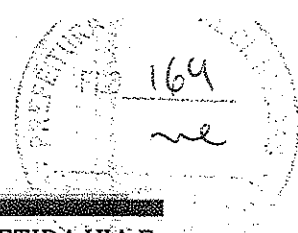
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



FÍSICO, OU ENVIADA VIA FAC-SÍMILE AO SEU NÚMERO DE TELEFONE, OU AINDA REMETIDA VIA E-MAIL AO SEU ENDEREÇO ELETRÔNICO, CUJOS DADOS CONSTEM DO CADÁSTRO MUNICIPAL.

16.2.2. O CONTRATADO DEVERÁ ENTREGAR OS PRODUTOS SOLICITADOS NA ORDEM DE COMPRA, OPORTUNIDADE EM QUE RECEBERÁ O ATESTO DECLARANDO O FORNECIMENTO. OS PRODUTOS/SERVIÇOS SERÃO ENTREGUES NAS SEGUINTESS CONDIÇÕES:

A) NOS LOCAIS DETERMINADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO INDICADO NA ORDEM DE COMPRA;

B) OS PRODUTOS SOLICITADOS DEVERÃO SER FORNECIDOS E ENTREGUES NO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE CONFORME DEMANDA, NO PRAZO MÁXIMO DE 5 DIAS APÓS A EXPEDIÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES-ORDENS DE COMPRA/FORNECIMENTO, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO, NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, NO TERMO DE REFERÊNCIA E OBSERVAÇÕES CONSTANTES DE SUA PROPOSTA, BEM AINDA AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.

C) A EMPRESA FORNECEDORA DOS PRODUTOS DEVERÁ:

C.1) APRESENTAR ESTRUTURA, COMPATÍVEL COM O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES GESTORAS DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

16.2.3. O ACEITE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS PELO ÓRGÃO RECEBEDOR NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR POR VÍCIO DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU DISPARIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO DESTES EDITAL QUANTO AOS PRODUTOS ENTREGUES.

16.2.4. OS PRODUTOS/SERVIÇOS DEVEM SER ENTREGUES CONFORME SOLICITADO NA ORDEM DE COMPRA, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, NO TERMO DE REFERÊNCIA E OBSERVAÇÕES CONSTANTES DE SUA PROPOSTA, BEM AINDA AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.

16.2.5. PARA OS PRODUTOS/SERVIÇOS OBJETOS DESTES CERTAME, DEVERÁ SER EMITIDA FATURA E NOTA FISCAL EM NOME DO DA(S) UNIDADES (S) GESTORA(S) DO MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE.

16.2.5.1. AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EMISSÃO DA FATURA E NOTA FISCAL DEVERÃO SER REQUERIDAS JUNTO A(S) UNIDADES(S) GESTORA(S).

16.2.6. NO CASO DE CONSTATAÇÃO DA INADEQUAÇÃO DO PRODUTO FORNECIDO ÀS NORMAS E EXIGÊNCIAS ESPECIFICADAS NESTE EDITAL, NA ORDEM DE COMPRA E NA PROPOSTA VENCEDORA A ADMINISTRAÇÃO OS RECUSARÁ, DEVENDO SER DE IMEDIATO OU NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ADEQUADOS ÀS SUPRACITADAS CONDIÇÕES, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CABÍVEIS, NA FORMA DA LEI E DESTES INSTRUMENTO.

16.3. OS PRODUTOS LICITADOS/CONTRATADOS DEVERÃO SER ENTREGUES, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NOS ANEXOS DESTES INSTRUMENTO E DISPOSIÇÕES CONSTANTES DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS, BEM AINDA ÀS NORMAS VIGENTES, ASSUMINDO O CONTRATADO A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS E QUAISQUER ÔNUS DE ORIGEM FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, BEM COMO, QUAISQUER ENCARGOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS, SEJAM TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS RESULTANTES DO FORNECIMENTO QUE LHESS SEJAM IMPUTÁVEIS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A TERCEIROS, E AINDA:

A) A REPARAR, CORRIGIR, REMOVER OU SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO TOTAL OU EM PARTE, O OBJETO EM QUE SE VERIFICAREM VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES;

B) RESPONSABILIZAR-SE PELOS DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE À ADMINISTRAÇÃO OU A TERCEIROS, DECORRENTES DE SUA CULPA OU DOLO NA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO, NÃO EXCLUINDO OU REDUZINDO ESSA RESPONSABILIDADE A FISCALIZAÇÃO OU O ACOMPANHAMENTO PELO ÓRGÃO INTERESSADO.

16.4. O PRAZO PARA PAGAMENTO SERÁ DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA PELA CONTRATADA.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



16.5. O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ EFETUADO APÓS O ATESTO, PELO SERVIDOR COMPETENTE, DA NOTA FISCAL/FATURA APRESENTADA PELA CONTRATADA, QUE CONTERÁ O DETALHAMENTO DOS PRODUTOS ENTREGUES.

16.5.1. O ATESTO FICA CONDICIONADO À VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA NOTA FISCAL/FATURA APRESENTADA PELA CONTRATADA COM OS PRODUTOS EFETIVAMENTE ENTREGUES.

16.6. HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA OU DOS DOCUMENTOS PERTINENTES À CONTRATAÇÃO, OU, AINDA, CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, O PAGAMENTO FICARÁ PENDENTE ATÉ QUE A CONTRATADA PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS. NESTA HIPÓTESE, O PRAZO PARA PAGAMENTO INICIAR-SE-Á APÓS A COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, NÃO ACARRETANDO QUALQUER ÔNUS PARA A CONTRATANTE.

16.7. SERÁ EFETUADA A RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO, PROPORCIONAL À IRREGULARIDADE VERIFICADA, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS, CASO SE CONSTATE QUE A CONTRATADA:

16.7.1. NÃO PRODUZIU OS RESULTADOS ACORDADOS;

16.7.2. DEIXOU DE EXECUTAR AS ATIVIDADES CONTRATADAS, OU NÃO AS EXECUTOU COM A QUALIDADE MÍNIMA EXIGIDA;

16.8. ANTES DO PAGAMENTO, A CONTRATANTE REALIZARÁ CONSULTA PARA VERIFICAR A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA, DEVENDO O RESULTADO SER IMPRESSO, AUTENTICADO E JUNTADO AO PROCESSO DE PAGAMENTO.

16.9. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA DE CRÉDITO, MEDIANTE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE, NA AGÊNCIA E ESTABELECIMENTO BANCÁRIO INDICADO PELA CONTRATADA, OU POR OUTRO MEIO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

16.10. SERÁ CONSIDERADA COMO DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.

16.11. A CONTRATANTE NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR QUALQUER DESPESA QUE VENHA A SER EFETUADA PELA CONTRATADA, QUE PORVENTURA NÃO TENHA SIDO ACORDADA NO CONTRATO.

16.12 - OCORRENDO ATRASO NO PAGAMENTO, DESDE QUE A CONTRATADA NÃO TENHA CONCORRIDO, DE ALGUMA FORMA, PARA O ATRASO, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE ENCARGOS MORATÓRIOS APURADOS COM BASE NA VARIAÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI), DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA PREVISTA E A DO EFETIVO PAGAMENTO, ADOTANDO-SE O CRITÉRIO "PRÓ-RATA TEMPORIS" PARA AS ATUALIZAÇÕES NOS SUBPERÍODOS INFERIORES A 30(TRINTA) DIAS.

16.13 - DEVERÃO SER EMITIDAS FATURAS DE ENCERRAMENTO AO FINDAR OS VÍNCULOS DESTES CONTRATOS POR ESGOTAMENTO DO OBJETO, POR FINAL DO PRAZO OU RESCISÃO CONTRATUAL.

16.14- SERÃO DESCONTADOS DE (FORMA INTEGRAL OU PARCELADA) SOBRE O VALOR DA FATURA, OS VALORES DECORRENTES DE INDENIZAÇÕES OU DE MULTAS EVENTUALMENTE REGISTRADAS.

17- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. SOLICITAR A EXECUÇÃO DO OBJETO À CONTRATADA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE ORDEM DE COMPRA E OU SERVIÇO.

17.2. PROPORCIONAR À CONTRATADA TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO PLENO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO TERMO CONTRATUAL, INCLUSIVE COM O FORNECIMENTO DO OBJETO, CONSOANTE ESTABELECE A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES.

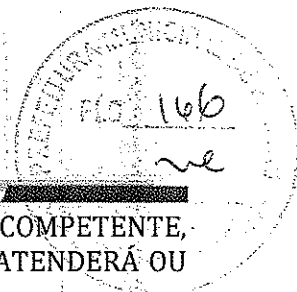
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



- 17.3. FISCALIZAR O OBJETO DESTES CONTRATO ATRAVÉS DE SUA UNIDADE COMPETENTE, PODENDO, EM DECORRÊNCIA, SOLICITAR PROVIDÊNCIAS DA CONTRATADA, QUE ATENDERÁ OU JUSTIFICARÁ DE IMEDIATO.
- 17.4. NOTIFICAR A CONTRATADA, DE QUALQUER IRREGULARIDADE DECORRENTE DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.
- 17.5. EFETUAR OS PAGAMENTOS DEVIDOS À CONTRATADA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE CONTRATO.
- 17.6. DETERMINAR O HORÁRIO DA REALIZAÇÃO/ENTREGA DOS SERVIÇOS/PRODUTOS PODENDO SER VARIÁVEL EM CADA LOCAL E PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO, CONFORME CONVENIÊNCIA DA CONTRATANTE COM OBSERVÂNCIA DAS LEIS TRABALHISTAS.
- 17.7. APLICAR AS PENALIDADES PREVISTAS EM LEI E NESTE INSTRUMENTO.
- 17.8. INDICAR OS LOCAIS ONDE SERÃO ENTREGUES/PRESTADOS OS PRODUTOS/SERVIÇOS.
- 17.9. EXIGIR O CUMPRIMENTO DE TODOS OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA CONTRATADA, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E OS TERMOS DE SUA PROPOSTA.
- 17.10. NOTIFICAR A CONTRATADA, POR ESCRITO, SOBRE IMPERFEIÇÕES, FALHAS OU IRREGULARIDADES CONSTATADAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS, PARA QUE SEJAM ADOTADAS AS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS.
- 17.11. EXIGIR DA CONTRATADA, A QUALQUER TEMPO, DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE O CORRETO E TEMPESTIVO PAGAMENTO DE TODOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, FISCAIS E COMERCIAIS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTES CONTRATO.

18- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1- ENTREGAR OS PRODUTOS OBJETO DO CONTRATO DE CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL, NO TERMO CONTRATUAL E NA PROPOSTA VENCEDORA DO CERTAME;
- 18.2- MANTER DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO;
- 18.3- PROVIDENCIAR A IMEDIATA CORREÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS E/OU IRREGULARIDADES APONTADAS PELA CONTRATANTE;
- 18.4- ARCAR COM EVENTUAIS PREJUÍZOS CAUSADOS À CONTRATANTE E/OU TERCEIROS, PROVOCADOS POR INEFICIÊNCIA OU IRREGULARIDADE COMETIDA POR SEUS EMPREGADOS E/OU PREPOSTOS ENVOLVIDOS NA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL.
- 18.5 - RESPONDER POR TODAS AS DESPESAS DIRETAS OU INDIRETAS QUE INDICAM OU VENHAM A INCIDIR SOBRE A EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUSIVE AS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A SALÁRIOS, PREVIDÊNCIA SOCIAL, IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS, TRANSPORTE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, RESPONDENDO OBRIGATORIAMENTE PELO FIEL CUMPRIMENTO DAS LEIS TRABALHISTAS E ESPECÍFICAS DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO CORRELATA, APLICÁVEIS AO PESSOAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL.
- 18.6 - PRESTAR IMEDIATAMENTE AS INFORMAÇÕES E OS ESCLARECIMENTOS QUE VENHAM A SER SOLICITADOS PELA CONTRATANTE, SALVO QUANDO IMPLICAREM EM INDAGAÇÕES DE CARÁTER TÉCNICO, HIPÓTESE EM QUE SERÃO RESPONDIDAS NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.
- 18.7 - SUBSTITUIR OU REPARAR O OBJETO CONTRATUAL QUE COMPROVADAMENTE APRESENTE CONDIÇÕES DE DEFEITO OU EM DESCONFORMIDADES COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, NO PRAZO FIXADO PELO GESTOR DO CONTRATO.
- 18.8 - PROVIDENCIAR A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PROFISSIONAL ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL CUJA CONDUTA CONSIDERADA PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



18.9 - REFAZER A ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL QUE COMPROVADAMENTE APRESENTE CONDIÇÕES DE DEFEITO OU EM DESCONFORMIDADES COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONTADO DA SUA NOTIFICAÇÃO.

18.10 - REMOVER, ÀS SUAS EXPENSAS, TODO O MATERIAL QUE ESTIVER EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS, E/OU AQUELE EM QUE FOR CONSTATADO DANO EM DECORRÊNCIA DE TRANSPORTE OU ACONDICIONAMENTO, PROVIDENCIANDO A SUBSTITUIÇÃO DO MESMO, NO PRAZO IMEDIATO, CONTADOS DA NOTIFICAÇÃO QUE LHE FOR ENTREGUE OFICIALMENTE.

19- DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. COMETE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.520, DE 2002, A LICITANTE/ADJUDICATÁRIA QUE, NO DECORRER DA LICITAÇÃO:

19.1.1. NÃO ASSINAR O CONTRATO, QUANDO CONVOCADA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA;

19.1.2. APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA;

19.1.3. DEIXAR DE ENTREGAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO CERTAME;

19.1.4. NÃO MANTIVER A SUA PROPOSTA DENTRO DE PRAZO DE VALIDADE;

19.1.5. COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO;

19.1.6. COMETER FRAUDE FISCAL;

19.1.7. FIZER DECLARAÇÃO FALSA;

19.1.8. ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DO CERTAME.

19.2. A LICITANTE/ADJUDICATÁRIA QUE COMETER QUALQUER DAS INFRAÇÕES DISCRIMINADAS NO SUBITEM ANTERIOR FICARÁ SUJEITA, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, ÀS SEGUINTE SANÇÕES:

A. MULTA DE ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR ESTIMADO DO(S) ITEM(S) PREJUDICADO(S) PELA CONDUTA DO LICITANTE;

B. IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELO PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS;

19.2.1. A PENALIDADE DE MULTA PODE SER APLICADA CUMULATIVAMENTE COM AS DEMAIS SANÇÕES.

19.3. AS INFRAÇÕES E SANÇÕES RELATIVAS A ATOS PRATICADOS NO DECORRER DA CONTRATAÇÃO ESTÃO PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

19.4. A APLICAÇÃO DE QUALQUER DAS PENALIDADES PREVISTAS REALIZAR-SE-Á EM PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE ASSEGURARÁ O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, OBSERVANDO-SE O PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI Nº 8.666, DE 1993.

19.5. A AUTORIDADE COMPETENTE, NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES, LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO A GRAVIDADE DA CONDUTA DO INFRATOR, O CARÁTER EDUCATIVO DA PENA, BEM COMO O DANO CAUSADO À ADMINISTRAÇÃO, OBSERVADO O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.

19.6. AS MULTAS SERÃO RECOLHIDAS EM FAVOR DA CONTRATANTE, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DA COMUNICAÇÃO ENVIADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE, OU, QUANDO FOR O CASO, INSCRITAS NA DÍVIDA ATIVA E COBRADAS JUDICIALMENTE.

19.7. AS SANÇÕES AQUI PREVISTAS SÃO INDEPENDENTES ENTRE SI, PODENDO SER APLICADAS ISOLADAS OU, NO CASO DAS MULTAS, CUMULATIVAMENTE, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS.

20- DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. AS LICITANTES DEVEM OBSERVAR E A CONTRATADA DEVE OBSERVAR E FAZER OBSERVAR, POR SEUS FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS, SE ADMITIDA SUBCONTRATAÇÃO, O MAIS ALTO PADRÃO DE ÉTICA DURANTE TODO O PROCESSO DE LICITAÇÃO, DE CONTRATAÇÃO E DE

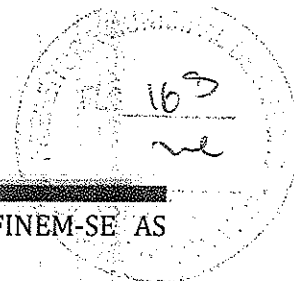
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL. PARA OS PROPÓSITOS DESTES ITENS, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

A) "PRÁTICA CORRUPTA": OFERECER, DAR, RECEBER OU SOLICITAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUALQUER VANTAGEM COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR A AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO NO PROCESSO DE LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DE CONTRATO;

B) "PRÁTICA FRAUDULENTA": A FALSIFICAÇÃO OU OMISSÃO DOS FATOS, COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR O PROCESSO DE LICITAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DE CONTRATO;

C) "PRÁTICA CONLUIADA": ESQUEMATIZAR OU ESTABELECEER UM ACORDO ENTRE DUAS OU MAIS LICITANTES, COM OU SEM O CONHECIMENTO DE REPRESENTANTES OU PREPOSTOS DO ÓRGÃO LICITADOR, VISANDO ESTABELECEER PREÇOS EM NÍVEIS ARTIFICIAIS E NÃO-COMPETITIVOS;

D) "PRÁTICA COERCITIVA": CAUSAR DANO OU AMEAÇAR CAUSAR DANO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ÀS PESSOAS OU SUA PROPRIEDADE, VISANDO INFLUENCIAR SUA PARTICIPAÇÃO EM UM PROCESSO LICITATÓRIO OU AFETAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

E) "PRÁTICA OBSTRUTIVA":

(1) DESTRUIR, FALSIFICAR, ALTERAR OU OCULTAR PROVAS EM INSPEÇÕES OU FAZER DECLARAÇÕES FALSAS AOS REPRESENTANTES DO ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, COM O OBJETIVO DE IMPEDIR MATERIALMENTE A APURAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE PRÁTICA PREVISTA NESTE SUBITEM;

(2) ATOS CUJA INTENÇÃO SEJA IMPEDIR MATERIALMENTE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE O ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL PROMOVER INSPEÇÃO.

20.2. NA HIPÓTESE DE FINANCIAMENTO, PARCIAL OU INTEGRAL, POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, ESTE ORGANISMO IMPORÁ SANÇÃO SOBRE UMA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA, PARA A OUTORGA DE CONTRATOS FINANCIADOS PELO ORGANISMO SE, EM QUALQUER MOMENTO, CONSTATAR O ENVOLVIMENTO DA EMPRESA, DIRETAMENTE OU POR MEIO DE UM AGENTE, EM PRÁTICAS CORRUPTAS, FRAUDULENTAS, CONLUIADAS, COERCITIVAS OU OBSTRUTIVAS AO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO OU DA EXECUÇÃO UM CONTRATO FINANCIADO PELO ORGANISMO.

20.3. CONSIDERANDO OS PROPÓSITOS DOS ITENS ACIMA, A LICITANTE VENCEDORA COMO CONDIÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO, DEVERÁ CONCORDAR E AUTORIZAR QUE, NA HIPÓTESE DE O CONTRATO VIR A SER FINANCIADO, EM PARTE OU INTEGRALMENTE, POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, PERMITIRÁ QUE O ORGANISMO FINANCEIRO E/OU PESSOAS POR ELE FORMALMENTE INDICADAS POSSAM INSPECIONAR O LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E TODOS OS DOCUMENTOS E REGISTROS RELACIONADOS À LICITAÇÃO E À EXECUÇÃO DO CONTRATO.

20.4. A CONTRATANTE, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICARÁ AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PERTINENTES, PREVISTAS EM LEI, SE COMPROVAR O ENVOLVIMENTO DE REPRESENTANTE DA EMPRESA OU DA PESSOA FÍSICA CONTRATADA EM PRÁTICAS CORRUPTAS, FRAUDULENTAS, CONLUIADAS OU COERCITIVAS, NO DECORRER DA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DO CONTRATO FINANCIADO POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, CRIMINAIS E CÍVEIS.

21- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

21.1. A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO ENSEJA A SUA RESCISÃO, SE HOVER UMA DAS OCORRÊNCIAS PRESCRITAS NOS ARTIGOS 77 A 81 DA LEI Nº 8.666/93, DE 21/06/93;

21.1.1. A RESCISÃO DE CONTRATO PODERÁ SER:

A) DETERMINADA POR ATO UNILATERAL E ESCRITO DA CONTRATANTE, NOS CASOS ENUMERADOS NOS INCISOS I A XII E XVII DO ART. 78 DA LEI 8.666/93, NOTIFICANDO-SE A CONTRATADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS; OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 109, "I", LETRA "E", DA MESMA LEI;

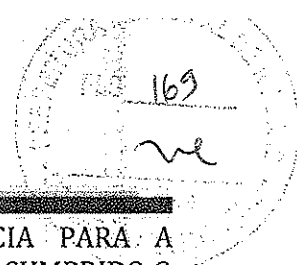
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



B) AMIGÁVEL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, CASO HAJA CONVENIÊNCIA PARA A CONTRATANTE, REDUZIDA A TERMO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESDE QUE, CUMPRIDO O ESTABELECIMENTO NO § 1º DO ART. 79 DA LEI 8.666/93; C) JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

21.1.2. A RESCISÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL SERÁ PRECEDIDA DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE;

21.1.3. OS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, FICANDO ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA;

21.2. CONSTITUEM MOTIVO PARA RESCISÃO DO CONTRATO:

A) O NÃO-CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ESPECIFICAÇÕES E PRAZOS;

B) O CUMPRIMENTO IRREGULAR DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ESPECIFICAÇÕES E PRAZOS;

C) A LENTIDÃO DO SEU CUMPRIMENTO, LEVANDO A ADMINISTRAÇÃO A COMPROVAR A IMPOSSIBILIDADE DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO NOS PRAZOS ESTIPULADOS;

D) O ATRASO INJUSTIFICADO DO INÍCIO DE SERVIÇO SEM JUSTA CAUSA E PRÉVIA COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO;

E) A PARALISAÇÃO DO SERVIÇO OU DO FORNECIMENTO, SEM JUSTA CAUSA E PRÉVIA COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO; F) O DESATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES REGULARES DA AUTORIDADE DESIGNADA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A SUA EXECUÇÃO, ASSIM COMO AS DE SEUS SUPERIORES;

G) O COMETIMENTO REITERADO DE FALTAS NA SUA EXECUÇÃO, ANOTADAS NA FORMA DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 67 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993;

H) A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA OU INSTAURAÇÃO DA INSOLVÊNCIA CIVIL;

I) A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU O FALECIMENTO DO CONTRATADO;

J) A ALTERAÇÃO SOCIAL OU A MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE OU DA ESTRUTURA DA EMPRESA QUE PREJUDIQUE A EXECUÇÃO DO CONTRATO;

K) RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DE ALTA RELEVÂNCIA E AMPLO CONHECIMENTO JUSTIFICADAS E DETERMINADAS PELA MÁXIMA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA A QUE ESTÁ SUBORDINADO O CONTRATANTE E EXARADAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO A QUE SE REFERE O CONTRATO;

L) A SUPRESSÃO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, DOS MATERIAIS, ACARRETANDO MODIFICAÇÕES DO VALOR INICIAL DO CONTRATO ALÉM DO LIMITE PERMITIDO NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 65 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 EM CASO DE NÃO CONCORDÂNCIA POR PARTE DA EMPRESA;

M) A SUSPENSÃO DE SUA EXECUÇÃO POR ORDEM ESCRITA DA ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO SUPERIOR A 120 (CENTO E VINTE) DIAS, SALVO EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA, GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM INTERNA OU GUERRA, OU AINDA POR REPETIDAS SUSPENSÕES QUE TOTALIZEM O MESMO PRAZO, INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DE INDENIZAÇÕES PELAS SUCESSIVAS E CONTRATUALMENTE IMPREVISTAS DESMOBILIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES E OUTRAS PREVISTAS, ASSEGURADO AO CONTRATADO, NÉSSSES CASOS, O DIREITO DE OPTAR PELA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS ATÉ QUE SEJA NORMALIZADA A SITUAÇÃO;

N) A OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, REGULARMENTE COMPROVADA, IMPEDITIVA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

O) O DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PENAS CABÍVEIS;

P) O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI;

Q) A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO SEU OBJETO, A ASSOCIAÇÃO DO CONTRATADO COM OUTREM, A CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, TOTAL OU PARCIAL DA POSIÇÃO CONTRATUAL,

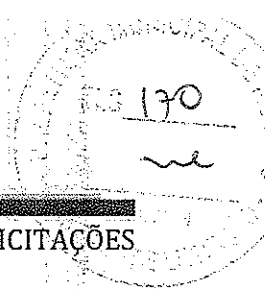
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



BEM COMO A FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO, QUE IMPLIQUE VIOLAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES OU PREJUDIQUE A REGULAR EXECUÇÃO DO CONTRATO.

22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. FICA ASSEGURADO À ENTIDADE DE LICITAÇÃO O DIREITO DE:

22.1.1. ADIAR A DATA DE ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, DANDO CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS, NOTIFICANDO-SE, POR ESCRITO, ÀS LICITANTES QUE JÁ TENHAM RETIRADO O EDITAL, COM A ANTECEDÊNCIA DE PELO MENOS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, ANTES DA DATA INICIALMENTE MARCADA;

22.1.2. ANULAR OU REVOGAR, NO TODO OU EM PARTE, O PRESENTE PREGÃO, A QUALQUER TEMPO, DESDE QUE OCORRENTES AS HIPÓTESES DE ILEGALIDADE OU INTERESSE PÚBLICO, DANDO CIÊNCIA AOS INTERESSADOS;

22.1.3. ALTERAR AS CONDIÇÕES DESTA EDITAL OU QUALQUER DOCUMENTO PERTINENTE A ESTE PREGÃO, FIXANDO NOVO PRAZO, NÃO INFERIOR A 08 (OITO) DIAS ÚTEIS, PARA A ABERTURA DAS PROPOSTAS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES.

22.2. A PARTICIPAÇÃO NESTE PREGÃO IMPLICARÁ ACEITAÇÃO INTEGRAL E IRRETRATÁVEL DAS NORMAS DO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO NA OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS LEGAIS E REGULAMENTARES, RESSALVADOS O DIREITO DE IMPUGNAÇÃO E RECURSO.

22.3. É FACULTADA À PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA.

22.4. A CONTRATADA FICARÁ RESPONSÁVEL POR QUAISQUER DANOS QUE VENHA A CAUSAR A TERCEIROS OU AO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE DE LICITAÇÃO, REPARANDO ÀS SUAS CUSTAS OS MESMOS, DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, SEM QUE LHE CAIBA NENHUMA INDENIZAÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE DE LICITAÇÃO.

22.5. TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NESTE CERTAME DEVERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAL E/OU POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA AUTENTICADA POR TABELIÃO DE NOTAS.

22.6. CÓPIAS DO EDITAL E ANEXOS SERÃO FORNECIDAS NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DESTA PREFEITURA, OU ATRAVÉS DO SITE: WWW.TCE.CE.GOV.BR.

22.7. QUALQUER MODIFICAÇÃO NO EDITAL EXIGE DIVULGAÇÃO PELO MESMO INSTRUMENTO DE PUBLICAÇÃO EM QUE SE DEU O TEXTO ORIGINAL, REABRINDO-SE O PRAZO INICIALMENTE ESTABELECIDO, EXCETO QUANDO, INQUESTIONAVELMENTE, A ALTERAÇÃO NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.

22.8. NÃO HAVENDO EXPEDIENTE OU OCORRENDO QUALQUER FATO SUPERVENIENTE QUE IMPEÇA A REALIZAÇÃO DO CERTAME NA DATA MARCADA, A SESSÃO SERÁ AUTOMATICAMENTE TRANSFERIDA PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, NO MESMO HORÁRIO E LOCAL ANTERIORMENTE ESTABELECIDO, DESDE QUE NÃO HAJA COMUNICAÇÃO DA PREGOEIRA EM CONTRÁRIO.

22.9. NO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS, A PREGOEIRA PODERÁ SANAR ERROS OU FALHAS QUE NÃO ALTEREM A SUBSTÂNCIA DAS PROPOSTAS, DOS DOCUMENTOS E SUA VALIDADE JURÍDICA, MEDIANTE DESPACHO FUNDAMENTADO, REGISTRADO EM ATA ACESSÍVEL A TODOS, ATRIBUINDO-LHES VALIDADE E EFICÁCIA PARA FINS DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

22.10. A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DESTA LICITAÇÃO NÃO IMPLICARÁ DIREITO À CONTRATAÇÃO.

22.11. OS LICITANTES ASSUMEM TODOS OS CUSTOS DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS E A ADMINISTRAÇÃO NÃO SERÁ, EM NENHUM CASO, RESPONSÁVEL POR ESSES CUSTOS, INDEPENDENTEMENTE DA CONDUÇÃO OU DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO.

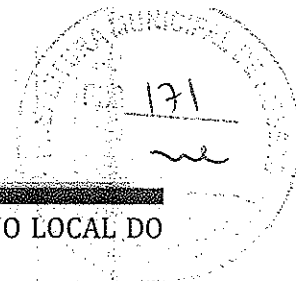
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



22.12. O LICITANTE DEVERÁ MANTER PREPOSTO, ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO, NO LOCAL DO SERVIÇO, SE FOR O CASO, PARA REPRESENTÁ-LO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

22.13. NA CONTAGEM DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, EXCLUIR-SE-Á O DIA DO INÍCIO E INCLUIR-SE-Á O DO VENCIMENTO. SÓ SE INICIAM E VENCEM OS PRAZOS EM DIAS DE EXPEDIENTE NA ADMINISTRAÇÃO.

23 - DO FORO

23.1- FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE RUSSAS, ESTADO DO CEARÁ, PARA DIRIMIR TODA E QUALQUER CONTROVÉRSIA ORIUNDA DO PRESENTE EDITAL, QUE NÃO POSSA SER RESOLVIDA PELA VIA ADMINISTRATIVA, RENUNCIANDO-SE, DESDE JÁ, A QUALQUER OUTRO, POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA.

RUSSAS-CE, 01 DE FEVEREIRO DE 2022.


ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA
PREGOEIRA OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br